

**PROCESSO** - A. I. Nº 280080.0004/18-5  
**RECORRENTE** - PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS  
**RECORRIDA** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECURSO** - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 2º JJF nº 0082-02/19  
**ORIGEM** - SAT COPEC  
**PUBLICAÇÃO** - INTERNET 27/11/2019

## 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO C.J.F. Nº 0244-11-19

**EMENTA:** ICMS. FALTA DE RECOLHIMENTO. OPERAÇÕES ESCRITURADAS NOS LIVROS PRÓPRIOS. GÁS NATURAL DESTINADO AO ESTADO DE PERNAMBUCO. Diante da existência de depósito judicial de valor que o contribuinte considera correto, haja vista a discussão travada entre entes tributantes diversos, é imprescindível que o Estado da Bahia, para evitar os efeitos da decadência, constitua o crédito tributário, para no momento oportuno se fazer o encontro de contas entre o valor consignado e o valor lançado. Quanto ao mérito, os autuantes em sede de informação fiscal acolhem os argumentos defensivos referentes a erro de cálculo do imposto e os recolhimentos comprovadamente realizados pela empresa, reduzindo o débito. Mantida a Decisão recorrida. **PREJUDICADA** a análise do Recurso. Auto de Infração **Procedente em Parte**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

Trata o presente processo de Recurso Voluntário, interposto pela autuada, em virtude de haver a 2ª JJF julgado Procedente em Parte o Auto de Infração, lavrado em 21.06.2018, ciente em 28.06.2018, que reclamava o recolhimento de ICMS no valor original de R\$3.713.559,27, reduzido ao montante de R\$3.682.775,21 com os acréscimos previstos na legislação, pelo cometimento da seguinte infração:

*Infração 01. 02.01.01.*

*Deixou de recolher ICMS devido sobre operações de vendas de gás natural para o Estado de Pernambuco, utilizando-se de gasoduto com entroncamento naquele Estado, sem qualquer alteração do produto, caracterizando-se como venda interestadual normal, operações essas identificadas como ‘city gate’, conforme Notas Fiscais Eletrônicas discriminadas no ANEXO I, que fica fazendo parte integrante deste AI.*

Após a análise de tudo quanto constante do processo, assim se pronunciou a 2ª JJF:

*O presente lançamento constitui-se em uma única infração arrolada pela fiscalização, objeto de impugnação por parte da empresa autuada, tendo observado que a mesma tomou conhecimento de seu teor, e pode exercer de forma plena o seu direito de defesa, diante do fato de que lhes foram entregues os demonstrativos que embasaram a fiscalização, bem como os demais documentos e elementos que possibilitassem a instalação do contencioso.*

*Em atenção aos termos defensivos, esclareço que consta nos autos cópia da Ação Consignatória de fls. 62 a 76 impetrada no Estado de Pernambuco relativo à matéria.*

*A defesa acostou documentos de fls. 77 a 124, onde constam o DAE de R\$27.251,57 (fl. 121), e o comprovante de recolhimento de fl. 122, bem como o comprovante de recolhimento de fl. 123, no valor de R\$ 4.610,39, além do DAE correspondente de fl. 124, que comprovariam as alegações defensivas.*

*Não existindo preliminares a serem examinadas, adentro no mérito da autuação, segundo o qual, nas operações interestaduais de “gás natural” realizadas pela empresa autuada destinadas ao estado de Pernambuco, não teria sido recolhido o imposto nelas devido.*

*Menciona o fato de, em função da existência de Ação Consignatória em curso no estado de Pernambuco, na qual a Bahia também participaria como parte, em conjunto com outros Estados, inclusive o Estado de Pernambuco, em tramitação na Justiça Estadual Pernambucana, tendo efetivado os depósitos correspondentes às operações realizadas e alcançadas pela fiscalização.*

*Nesta linha de raciocínio, entende que estando efetuando depósito judicial, e ante a decisão do juízo de suspender a exigência do crédito tributário, o lançamento seria nulo. Desnecessária qualquer consideração acerca da ação consignatória, diante de nos interessar apenas, os efeitos a determinação judicial dela decorrentes e deferidas pelo juízo condutor.*

*Entendo, entretanto, pertinente conceituar o crédito tributário. Segundo Paulo de Barros Carvalho, (Curso de Direito Tributário. 22ª, São Paulo: Saraiva, 2010, p. 253) seria “o direito subjetivo de que é portador o sujeito ativo de uma obrigação tributária e que lhe permite exigir o objeto prestacional, representado por uma importância em dinheiro”.*

*No âmbito do Poder Judiciário, o STF já decidiu que “o crédito tributário não surge com o fato gerador. Ele é constituído com o lançamento”, como se denota no julgamento realizado pela 1ª Turma, no REsp. 250.306/DF, relator Min. Garcia Vieira, julgado em 06/06/2000, DJU 01/08/2000.*

*Ainda na ótica de Paulo de Barros Carvalho (Curso de Direito Tributário. 22ª, São Paulo: Saraiva, 2010,), “lançamento tributário é o ato jurídico administrativo, da categoria dos simples, constitutivos e vinculados, mediante o qual se insere na ordem jurídica brasileira uma norma individual e concreta, que tem como antecedente o fato jurídico tributário e, como consequente, a formalização do vínculo obrigacional, pela individualização dos sujeitos ativo e passivo, a determinação do objeto da prestação, formado pela base de cálculo e correspondente alíquota, bem como pelo estabelecimento dos termos espaço-temporais em que o crédito há de ser exigido”.*

*Ou seja: a partir do lançamento tributário, existe o crédito tributário, esta sua existência se faz necessária para que a Administração Pública possa proceder as medidas cabíveis para a cobrança do tributo, tornando-o assim exigível, daí suas diversas modalidades de lançamento tributário, bem como possa ser exercido o seu direito estatuído no artigo 142 do CTN.*

*O segundo passo seria diferenciar a constituição do crédito tributário, da suspensão da exigibilidade do crédito tributário, caso dos autos.*

*Aquele, tem a sua previsão na Constituição Federal, ao determinar, no artigo 146:*

*“Art. 146. Cabe à lei complementar:*

*(...)*

*III - estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:*

*(...)*

*b) obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários”.*

*Por força de tal determinação, e o fato do [CTN](#) ser equiparado a lei complementar (por recepção), este determina sobre a constituição do crédito tributário em seu artigo 142:*

*“Art. 142. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível”.*

*Da análise de tal artigo, podemos facilmente concluir ser a constituição do crédito tributário privativa da autoridade administrativa, sendo o lançamento o procedimento que constitui o crédito tributário, além de que este ato (a constituição propriamente dita) não ser delegável.*

*Hugo de Brito Machado (Curso de direito tributário. 26ª. ed. ver, e atual. – São Paulo, Malheiros Editora, 2005, p. 181), entende que “a constituição do crédito tributário é da competência privativa da autoridade administrativa. Só esta pode fazer o lançamento. Ainda que ela apenas homologue o que o sujeito passivo efetivamente fez, como acontece nos casos do art. 150 do CTN, que cuida do lançamento dito por homologação. Sem essa homologação não existirá, juridicamente, o lançamento, e não estará por isto mesmo constituído o crédito tributário. Ainda quando de fato seja o lançamento feito pelo sujeito passivo, o Código Tributário Nacional, por ficção legal, considera que a sua feitura é privativa da autoridade administrativa, e por isto, no plano jurídico, sua existência fica sempre dependente, quando feito pelo sujeito passivo, de homologação da autoridade competente”.*

*Em resumo, o lançamento é um ato que constitui o crédito tributário, visto que o mero evento não faz surgir a obrigação tributária, sendo que esta somente se constitui com o lançamento, no qual a autoridade administrativa analisa o evento e o transforma em linguagem competente, fazendo surgir o crédito tributário, daí a obrigação nasce junto com o crédito tributário, no momento do lançamento, estando os mesmos indissociáveis.*

*Como visto, apenas o lançamento constitui o crédito tributário, entretanto esta constituição do crédito tributário ocorre em caráter provisório, não definitivo, e, somente quando este se torna definitivo, passa a existir a condição necessária para sua cobrança executiva, evento este que não precisa estar previsto em lei complementar, sendo exemplos de eventos que constituem definitivamente o crédito tributário a não impugnação*

do lançamento no prazo dado e a decisão irrecorrível em processo administrativo fiscal, quando o lançamento é realizado pelo Fisco, como no presente caso.

Ao seu turno, a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, vem a ser aqueles eventos que implicam na ocorrência de situações que fazem com que o crédito tributário não possa ser exigido de imediato.

Voltando aos ensinamentos de Paulo de Barros Carvalho (Curso de Direito Tributário. 22ª, São Paulo: Saraiva, 2010) que entende ser “a suspensão é da exigibilidade do crédito e não do próprio crédito em si, sendo que a exigibilidade é o direito que o credor tem de postular, efetivamente, o objeto da obrigação, e isso tão só ocorre, como é óbvio, depois de tomadas as providências necessárias à constituição da dívida, com a lavratura do ato de lançamento. No período que antecede tal expediente, ainda não se tem o surgimento da obrigação tributária, inexistindo, conseqüentemente, crédito tributário, o qual nasce com o ato do lançamento tributário”, o lançamento permanece íntegro, apenas com a sua execução suspensa, ainda que temporariamente até a resolução da contenda jurídica.

O artigo 151 do CTN determina quais os eventos que implicariam na suspensão do crédito tributário:

“Art. 151. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

- I - moratória;
- II - o depósito do seu montante integral;
- III - as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo;
- IV - a concessão de medida liminar em mandado de segurança.
- V – a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial;
- VI – o parcelamento”.

Desta forma a suspensão do crédito tributário do presente feito, independente de medida judicial, ocorreu quando da interposição de defesa administrativa do mesmo, não podendo a Fazenda Pública executar o débito, enquanto este estiver em discussão na esfera administrativa.

De igual maneira, no inciso V do artigo supra mencionado nos fala em “concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial”, como no presente caso ocorreu com a interposição de ação judicial junto ao juízo da 5ª Vara de Fazenda Pública de Recife, Estado de Pernambuco e o efeito da mesma em conceder a tutela de urgência requerida pela Petrobrás, determinando a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, não constando da leitura da peça produzida, qualquer determinação do juízo referente a restrição à constituição de novos créditos tributários contra a autuada, o que permite que o stado da Bahia, acorde inclusive entendimento manifestado pela PGE/PROFIS, transcrito quando do relatório do presente voto, continue a lançar créditos tributários em relação à matéria, contra o sujeito passivo, sem qualquer ressalva, apenas estando impedido, ainda que de forma liminar, provisória e precária, uma vez que tal medida pode ser revogada a qualquer instante, de executar eventual crédito tributário constituído contra a empresa autuada acerca da matéria em discussão.

Feita tal distinção, entendo pertinente registrar mais uma vez que a exigibilidade do crédito tributário se encontra suspensa, tendo, inclusive, o próprio autuante reconhecido tal fato, e a Procuradoria Geral do Estado da Bahia, através de sua Procuradoria Especializada Fiscal assim se posicionado, quando da emissão do Parecer acostado pelos autuantes ao feito, respeitando a decisão adotada pelo Poder Judiciário e a cumprindo nos seus estritos termos.

Ademais, o teor do caput do artigo 151 do CTN tantas vezes invocado ao curso do feito, é demais claro ao determinar que “suspendem a exigibilidade do crédito tributário...”, e como visto inicialmente, o entendimento doutrinário é no sentido de que o crédito tributário somente existe quando da realização do lançamento tributário, e sendo este existente, afinal, uma coisa não pode ser suspensa em sua exigibilidade de não existe, tal como visto anteriormente, não somente no entendimento do STF, como, igualmente, na doutrina representada por Paulo de Barros Carvalho, citada linhas acima.

Logo, diversamente do entendimento da defesa, não se há de falar em nulidade do pleito, pela realização de depósito judicial no montante devido, o qual ficará à disposição do juízo, a fim de que, ao final da demanda judicial, ser convertido em renda ao estado da Bahia, caso este seja beneficiado pela sentença, ou àquele outro estado a ser determinado pela mesma, fracionado entre diversas unidades da Federação, ou até mesmo retornar aos cofres da empresa autuada, se for o caso, uma vez que lançamentos como o presentemente analisado visam garantir o direito do estado.

Por esta razão, à vista do posicionamento exarado pela Procuradoria Geral do Estado, em resposta a consulta formulada, no tocante ao direito da Fazenda Pública poder constituir o crédito tributário, no intuito, inclusive, de se evitar a decadência, não vejo nenhum óbice para a lavratura do presente Auto de Infração.

O mérito da autuação se reporta a falta de recolhimento do imposto correspondente às vendas de gás natural para o Estado de Pernambuco, na modalidade denominada “city gate”, que nada mais é do que a dutovia, gasoduto ou tubovia que transporta o gás aqui produzido, pelas denominadas Unidades de Produção de Gás Natural (UPGN), para aquele Estado, onde o gás é revendido, numa simples operação interestadual, não sofrendo qualquer processo ou transformação que possa vir a ser caracterizado como industrialização, tendo a

*autuada contestado apenas três operações, neste aspecto.*

*Ou seja: a dutovia nada mais é do que um sistema que se utiliza de dutos e canos cilíndricos ocos em espécies de tubulações, que são utilizadas para o transporte dos produtos de um ponto ao outro. Ela é formada, basicamente por três elementos: os depósitos ou terminais, onde a carga é depositada e retirada, os canos por onde o produto é escoado e as juntas que fazem a ligação entre os canos.*

*Os produtos que se utilizam do transporte dutoviário são especialmente os de materiais fluidos, como petróleo e derivados, [gás natural](#) e álcool (etanol). O transporte desses materiais pelos dutos se dá por pressão ou arraste por meio de um elemento transportador, sendo utilizados elementos como a gravidade para fazer o transporte ou impulsionados por algum bombeamento.*

*Se apresenta como uma forma econômica de transporte para grandes volumes se comparado com outros modais, como o ferroviário, o marítimo e rodoviário, apresentando diversas vantagens como segurança (menor possibilidade de perdas ou roubos, redução do tráfego de cargas perigosas), agilidade (não utiliza embalagens, e simplifica carga e descarga), capacidade de fluxo (pode ser contínuo durante as vinte e quatro horas do dia sem interrupção), além da cooperação com o meio ambiente (redução do desmatamento, melhoria da qualidade do ar nas cidades e menor risco de acidente ambiental). A rigor, não poder ser considerado estabelecimento, muito menos transformador, diante de tais características acima enumeradas, mas sim, mero sistema de transporte, repito.*

*Assim, o exame do mérito diz respeito apenas e tão somente à prova material, uma vez superada a questão jurídica posta pela defesa.*

*A respeito, Odete Medauar (A Processualidade do Direito Administrativo, São Paulo, RT, 2ª edição, 2008, página 131) entende que “O princípio da verdade material ou real, vinculado ao princípio da oficialidade, exprime que a Administração deve tomar as decisões com base nos fatos tais como se apresentam na realidade, não se satisfazendo com a versão oferecida pelos sujeitos. Para tanto, tem o direito e o dever de carrear para o expediente todos os dados, informações, documentos a respeito da matéria tratada, sem estar jungida aos aspectos considerados pelos sujeitos. Assim, no tocante a provas, desde que obtidas por meios lícitos (como impõe o inciso LVI do art. 5º da CF), a Administração detém liberdade plena de produzi-las”.*

*O doutrinador Hely Lopes Meirelles (Direito Administrativo Brasileiro, São Paulo, RT, 1 6ª edição, 1991, Página 581) entende que “O princípio da verdade material, também denominado de liberdade na prova, autoriza a Administração a valer-se de qualquer prova que a autoridade processante ou julgadora tenha conhecimento, desde que a faça trasladar para o processo. É a busca da verdade material em contraste com a verdade formal. Enquanto nos processos judiciais o Juiz deve-se cingir às provas indicadas no devido tempo pelas partes, no processo administrativo a autoridade processante ou julgadora pode, até final julgamento, conhecer de novas provas, ainda que produzidas em outro processo ou decorrentes de fatos supervenientes que comprovem as alegações em tela. Este princípio é que autoriza a reformatio in pejus, ou a nova prova conduz o julgador de segunda instância a uma verdade material desfavorável ao próprio recorrente”.*

*Ressalte-se ainda, que tal princípio impõe à Administração Pública o dever de provar os fatos alegados, sendo regra a vedação de aplicar-se como verdadeiros fatos fictícios ou de mera presunção da ocorrência de sua hipótese de incidência, devendo, portanto, buscar-se a descrição concreta dos fatos ocorridos. A Constituição Federal em seu artigo 5º, incisos LV e LXXVIII assegura ao cidadão litigante, quer em processo judicial quer em processo administrativo, o contraditório e a ampla defesa e a razoável duração do processo.*

*Assim, percebe-se que a Carta Magna quis assegurar às partes litigantes garantias semelhantes tanto no processo judicial quanto no administrativo. Apesar disso, não se pode dizer que não existem diferenças entre eles, um dos mais expressivos elementos diferenciadores resulta da jurisdição.*

*Não se podem afastar, no processo administrativo fiscal, os diversos princípios informadores do processo judicial e garantias constitucionais do cidadão, entre eles os princípios da verdade material e do livre convencimento motivado do julgador.*

*Dessa forma, a valoração das provas à luz do princípio da verdade material deve obedecer aos princípios constitucionais e as normas atinentes ao processo, buscando-se a maior verossimilhança possível dos fatos alegados pelo agente responsável pelo lançamento, e permitindo ao contribuinte utilizar-se da produção de todas e quaisquer provas a ele admitidas por direito quando possíveis no caso concreto, sem qualquer restrição. E mais: o julgador deverá valorar as provas a ele apresentadas livremente, sempre buscando a verdade material dos fatos.*

*Nele, a produção de provas é de grande relevância, pois visa a obtenção da verdade, ou sua maior aproximação, visto que dificilmente se consegue descrever com exatidão como o fato realmente ocorreu. E é neste sentido, do maior grau de semelhança das ocorrências descritas nos atos formais realizados pelo agente administrativo, é que se reveste o princípio da verdade material.*

*O Processo Administrativo Fiscal busca a descoberta da verdade material relativa aos fatos tributários. Com status constitucionais, os princípios da ampla defesa e do contraditório serão garantidos ao sujeito passivo, que, querendo, apresentará contestação ao lançamento tributário, intervindo por meio de produção das provas.*

*A denominada verdade material funda-se na aceitação da teoria da verdade por correspondência, pressupondo a possibilidade de espelhar a realidade por meio da linguagem.*

*No processo existirão sempre três verdades: a) verdade descrita no lançamento pela autoridade fiscal; b) verdade descrita na impugnação do contribuinte; c) verdade do julgador.*

*Prevalece a verdade do julgador, para quem as provas terão papel fundamental na formação da sua convicção. A essa autoridade incumbe determinar ou não a realização das diligências, inclusive perícias, podendo indeferir-las se as tiver por prescindíveis ou impraticáveis.*

*São os princípios que norteiam o Processo Administrativo Fiscal e que definem os limites dos poderes de cognição do julgador em relação aos fatos que podem ser considerados para a decisão da situação que lhe é submetida.*

*Dito isso, reafirmo ser a tese defensiva estribada na existência da Ação Consignatória impetrada no Estado de Pernambuco, da qual o Estado da Bahia faz parte, além de pontualmente indicar erro na apuração do imposto numa nota fiscal, em relação a nota fiscal 202 de 21/12/2017, na qual realizou estorno de débito no livro Registro de Apuração, no valor de R\$1,74 e não de R\$3,37, como entende a fiscalização, além de ter recolhido diretamente a este Estado o valor correspondente a operação em duas notas fiscais, a saber, a de número 911 emitida em 30/07/2015 e número 928, datada de 05/05/2015, o que diante das evidências e comprovações, foi acatado pelo responsável pela informação fiscal.*

*Desta maneira, à vista dos elementos presentes nos autos, acolho os valores indicados pelo autuante na sua informação fiscal, consoante demonstrativo de fls. 131 e 132, e julgo o lançamento procedente em parte em R\$3.682.775,21, pela redução de R\$26.636,27, R\$4.146,16 e R\$1,63 do valor originalmente lançado. Auto de Infração procedente em parte.*

*No mesmo sentido, menciono julgamento em caso semelhante “city gate”, na qual a autuada figura no polo passivo da relação jurídica tributária, sendo o entendimento ali contido semelhante ao aqui adotado, através do Acórdão JJF 0196-01/18, julgado em 13 de novembro de 2018.*

Inconformada, com a decisão acima relatada, tempestivamente, a Recorrente apresentou Recurso Voluntário, fls., 222 a 228, em que pugna pela improcedência do Auto de Infração com base em argumentos que a seguir analiso.

Iniciando sua peça recursiva, a Recorrente afirma estar amparada no que dispõe o RPAF no artigo 169, inciso I, alínea b, discorrendo sobre o prazo decorrido entre a ciência da decisão de piso e a sua interposição de recurso.

Em sequência, antes de ingressar no mérito da contenda, informa que o seu ingresso na mesma decorre da existência de processo judicial em trâmite no Estado de Pernambuco, em que o estado da Bahia é parte envolvida.

Adentrando ao mérito, destaca que “*não é segredo que há uma indesejável guerra fiscal entre os Estados em relação ao recolhimento de ICMS, acarretando em diversas ocasiões cobrança em duplicidade pelos mesmos fatos geradores, restrições ao aproveitamento de créditos de ICMS, autuações pela mera observância das legislações de outro Ente Federativo, dentro outros eventos maléficis aos contribuintes do imposto.*”

Informa que tal situação ocorre quando se trata das suas operações com gás natural, remetido por suas unidades sediadas nos Estados de Espírito Santo, Sergipe, Alagoas e, no caso em comento, a Bahia, com destino ao Estado de Pernambuco, que considera os “city Gates” como estabelecimentos da Recorrente, o que implica em alteração na forma de tributação.

Apresenta cálculos demonstrativos, fl. 224, das sistemáticas utilizadas nos Estados de origem e pelo Estado de Pernambuco, destacando o acréscimo do encargo que sofreria caso acatasse a tese deste Estado, quando, afirma, o correto é a forma que utiliza, considerando que efetua vendas a terceiros e não transferências para uma outra unidade de sua estrutura, e, sim, a comercialização para contribuintes lá sediados.

Com o entendimento que tem o Estado de Pernambuco, ao considerar que “City Gates” são unidades filiais da Recorrente, o que não comprova, apenas pretende enquadrar, que ao não assim não acatar, ficou sujeita a autuação fiscal por parte do Estado reclamante, informando que, com base nesta interpretação, foi a mesma autuada em montante que, em valores atualizados, assomam a mais de UM BILHÃO DE REAIS, na realidade a R\$1.167.773.011,60, listando os processos, os períodos a que se referem e os valores originais.

Afirma que, “*ante a exposição tributária crescente em valores assaz assustadores*”, nada mais lhe restou que não a judicialização da questão, o que promoveu através ação de consignação de pagamento distribuído à 5ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Recife, Estado de Pernambuco, sob nº 0004931-87.2015.8.17.2001, cópia anexada ao processo.

Informa que, no referido processo, foi deferida a suspensão da exigibilidade, a partir dos depósitos efetuados, (comprovantes apensados ao processo) dos valores por ela admitidos para os Estados remetentes e o valor reclamado pelo Estado autuante, ficam todos eles, impossibilitados de exigir o recolhimento da sua parte nas operações, em virtude de estarem os referidos valores depositados judicialmente.

Transcreve trecho da decisão, como abaixo:

*Autorizo, assim, os depósitos judiciais requeridos pela parte autora, a serem feitos nos valores cobrados pela parte demanda. E assim o faço com arrimo no disposto no art. 151, II, do Código Tributário Nacional.*

*1.1 – Os primeiros depósitos deverão ser feitos nos valores encontrado na planilha encontrada no Id 6351453, especificamente na página 14 daquele documento, em contas individualizados por Estado, cujo rol ali se encontra.*

*1.2 Autorizo, outrossim, os depósitos das operações futuras, cujos demonstrativos deverão ser trazidos ao presente processo instruídos com as planilhas identificadoras das operações e dos respectivos créditos e credores, no formato da planilha referida no item 1.1 desta decisão.*

**2. EFETUADO CADA DEPÓSITO, ficará automaticamente SUSPENSÃO A EXIGIBILIDADE DOS RESPECTIVOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS.**

Com base na decisão acima referida, apresentou requerimento em que pugna pela nulidade da presente autuação, sob a argumentação de que não seria possível a mesma em virtude de os valores reclamados já se encontrarem sob a égide de depósito judicial, implicando a mesma em duplo recolhimento.

Apresenta discordância da argumentação de julgamento de que a situação do processo judicial consignatório em trâmite no Estado de Pernambuco não teria repercussão na continuidade do processo em questão, destacando o que afirma o doutrinador Hugo de Brito Machado, também citado pelo preposto julgador, em Curso de Direito Tributário. 232ª Ed. São Paulo, Malheiros Editores. P, 185, quando afirma:

*“O crédito tributário tem sua exigibilidade suspensa pelo depósito do seu montante integral. Esse depósito pressupõe a existência de crédito tributário, vale dizer, pressupõe um precedente lançamento. Ocorre que tem sido admitido o depósito do montante do tributo mesmo nos casos em que não existe ainda o lançamento, e, por, isso, foi suscitada a questão de saber se, mesmo tendo sido feito o depósito, a Fazenda Pública terá ainda de fazer o lançamento correspondente, sem o que o direito de constituir o crédito tributário poderia ser atingido pela decadência.*

*(...)*

*Com o depósito desaparece inteiramente a necessidade de lançamento de ofício, que teria por finalidade fazer líquida e exigível a obrigação tributária. A liquidez é alcançada no momento em que se afirma ser o depósito integral, e, a exigibilidade, que o depósito mantém suspensa, se faz absolutamente desnecessária, porque a Fazenda não precisará mais de promover a cobrança.”*

Transcreve, em seu favor, decisão do STJ, REsp. 1.140.956 / SP. Primeira Seção do STJ, publicada no DJe em 03/12/2010, abaixo reproduzida:

**PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. AÇÃO ANTIEXACIONAL ANTERIOR À EXECUÇÃO FISCAL. DEPÓSITO INTEGRAL DO DÉBITO. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO (ART. 151, II, DO CTN). ÓBICE À PROPOSITURA DA EXECUÇÃO FISCAL, QUE ACASO AJUIZADA, DEVERÁ SER EXTINTA.**

**1 (...)**

**4 Os efeitos da suspensão da exigibilidade pela realização do depósito integral do crédito exequendo, quer no bojo de ação anulatória, que no de ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária, ou mesmo no de mandado de segurança, desde que ajuizados anteriormente à ação fiscal, têm o condão de impedir a lavratura do auto de infração, assim como de coibir o ato de inscrição em dívida ativa e o ajuizamento da execução fiscal, a qual, acaso proposta, deverá ser extinta.**

**5 A improcedência da ação antiexacional (precedida do depósito do montante integral) acarreta a conversão de depósito em renda em favor da Fazenda Pública, extinguindo o crédito tributário, consoante o comando de art.**



156, VI, do CTN, na esteira dos instrumentos de abalizada doutrina, verbis:

(...)

10 Recurso especial desprovido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008.

Afirma, a Recorrente, que a temida decadência apresentada pelo Fisco baiano não se sustenta, pois não ocorrerá, não importando quantos anos decorra o processo, em virtude de o crédito tributário já estar definitivamente constituído e que a prescrição não incidirá enquanto suspensa a exigibilidade.

E, mais ainda, afirma que, em função da judicialização efetuada, não importa o quanto pretenda a título de direito, o Estado da Bahia, pois, ao final, prevalecerá o quanto determinado na decisão judicial, e, que, em caso de insuficiência do valor depositado, de acordo com o Art. 545 do CPC, terá a Recorrente o prazo de 10 dias para completá-lo.

Por fim, apresenta o que denomina de DOS REQUERIMENTOS:

*Por tudo o quanto exposto, inclusive na sua impugnação administrativa e demais manifestações contidas nos autos do PAF, a PETROBRAS requer a reforma do acórdão recorrido, de modo a encerrar a presente autuação com a sua improcedência.*

## VOTO

Considerando que a Recorrente efetuou, judicialmente, depósitos dos valores reclamados no Auto de Infração em apreço, e que a ordem judicial determinou o não ajuizamento de processos que versem sobre fatos geradores como os contidos no Auto de Infração;

Considerando que é dever da autoridade fazendária assegurar o direito de lançar os tributos que são devidos ao Estado;

Considerando que o não lançamento do crédito tributário pode acarretar em decadência de valores eventualmente devidos pela Recorrente;

Reconheço a legalidade do lançamento tributário constante do Auto de Infração, e deixo de efetuar o seu julgamento, dando por PREJUDICADO o Recurso Voluntário, devendo o mesmo ser encaminhado a PGE/PROFIS para inscrição em dívida ativa.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, considerar **PREJUDICADO** a análise do Recurso Voluntário apresentado e manter a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **280080.0004/18-5**, lavrado contra **PETRÓLEO BRASILEIRO S. A. – PETROBRÁS**, no valor de **R\$3.682.776,95**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “f” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo, após os trâmites processuais pertinentes, ser remetidos à PGE/PROFIS para adoção das medidas cabíveis, ficando suspensa a exigibilidade do crédito tributário, nos termos do artigo 151, inciso IV do Código Tributário Nacional (CTN).

Sala de Sessões do CONSEF, 03 de setembro de 2019.

RUBENS BEZERRA SOARES – PRESIDENTE

JOSÉ ROSENVALDO EVANGELISTA RIOS – RELATOR

VICENTE OLIVA BURATTO - REPR. DA PGE/PROFIS